



# BOLETIM DA JUSTIÇA — E DOS — DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



EDIÇÃO Nº 03 - 2018

JUSTIÇA LANÇA CAMPANHA NACIONAL  
**PATERNIDADE RESPONSÁVEL**



**DIREITOS HUMANOS**  
*Dia Internacional  
com celebração marcante  
em Luanda*



**DISCURSO DE  
LANÇAMENTO  
DA CAMPANHA  
“PATERNIDADE  
RESPONSÁVEL, EU  
APOIO”**

A campanha “Paternidade Responsável, Eu Apoio”, que hoje é tornada pública, foi concebida para fazer frente ao grande número de crianças em Angola sem registo de nascimento.

Por intermédio de um estudo feito por uma equipa, integrada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e o UNICEF, foi possível verificar que poucos pais comparecem nos postos de registo de nascimento das maternidades, para fazerem o registo de nascimento dos seus filhos, deixando as mães numa situação de abandono com as crianças.

Em consequência disso, muitas mães optam por não registarem os filhos sem a presença do pai por sentirem que incorrem em desobediência do parceiro.

Dados estatísticos indicam que desde a abertura dos postos de

registo, a 7 de Julho de 2017, foram registados apenas 128 mil crianças.

Esperamos com esta campanha influenciar positivamente para uma mudança de atitude no sentido de os pais respeitarem os direitos dos seus filhos.

Todos nós devemos ser participes desta campanha. Cada um de nós é aliado em favor da paternidade responsável, porque apenas juntos podemos garantir o bem-estar e desenvolvimento das crianças.

A comunicação social tem um papel fundamental para o sucesso dessa campanha para que as mensagens em favor da paternidade responsável e do direito ao registo de nascimento sejam transmitidas e debatidas na TV e na rádio.

Com o registo, a criança fica com acesso aos seus direitos fundamentais. Sem registo enfrenta barreiras no acesso à saúde, à educação e, fica mais vulnerável à violência.

Há, pois, que encorajar a “paternidade responsável” no país e garantir a essas crianças as oportunidades que elas merecem. Dai o lema da campanha designar-se “Paternidade Responsável, eu Apoio”.

O pai responsável está presente na vida do filho, é paciente e carinhoso, regista a sua criança, participa no seu desenvolvimento, acompanha a criança no momento da vacina, faz o seguimento das tarefas da escola, educa com paciência e participa dos momentos de lazer.

Por uma Angola livre de crianças sem registo de nascimento, vamos todos vestir a camisola da campanha “Paternidade Responsável, Eu Apoio”.

Dirijo um agradecimento especial às figuras públicas que deram o rosto para esta campanha, especialmente ao músico Anselmo Ralf, que foi escolhido pela sociedade civil durante uma consulta pública feita para o efeito.

Agradeço também ao nosso Porta Voz da Policia Nacional, aos membros da Associação de Taxistas (os Srs. Manuel Faustino e Geraldo Wanga), bem como ao Presidente da Federação de Futebol, o qual levará a campanha a todos os atletas da Federação e a todos os campos de futebol do País.

Não podia deixar de agradecer à Sra. Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania e a toda a equipa que com ela trabalhou na produção da campanha e dos conteúdos, pelo excelente trabalho realizado.

Para terminar, gostaria de encorajar a equipa empenhada nessa actividade, sobretudo os nossos parceiros, a União Europeia (EU) que assegura o apoio financeiro e o UNICEF que garante o apoio técnico.

Muito Obrigado!

Luanda, 12 de Dezembro de 2018

**Francisco Manuel Monteiro  
de Queiroz**  
**Ministro da Justiça e dos  
Direitos Humanos**

## Discurso do Embaixador da União Europeia, Tomáš Uličný

É uma grande alegria testemunhar a apresentação desta campanha sobre a Paternidade Responsável, fruto de um vasto trabalho de investigação social que evidenciou este drama, ainda tão frequente em Angola: a fuga à paternidade, o incumprimento da responsabilidade parental por parte do pai. A fuga à paternidade foi identificada como um dos pontos sensíveis em que podemos, juntos, actuar para superar uma carência muito grave da população angolana: a ausência de registo civil.

A União Europeia apoia o Governo de Angola há mais de 30 anos em vários domínios, com uma preocupação reforçada para os membros mais vulneráveis da sociedade. Dentro destes membros estão as crianças, muitas vezes penalizadas desde o início da sua vida, sem documentos de identidade e sem possibilidade de exercer os seus direitos. Uma criança sem registo é condenada a longo prazo: condenada a ficar fora do sistema de ensino e dos cuidados primários de saúde, mais tarde, a ser desprivada do acesso a um emprego formal, e condenada, por fim, a reproduzir esta situação de marginalidade social em seus filhos. Isso, por não ter resolvido o seu próprio problema de falta de documentos de identidade e de cidadania. A fragilidade social permanece assim através das gerações sucessivas.

Devemos romper este ciclo. Por isso, a União Europeia está a apoiar o Governo Angolano com o projecto de Registo de Nascimento e Justiça para a Criança,

implementado pelo UNICEF. Desta forma, assumimos o compromisso de fortalecer as instituições e informar a população para alcançar uma das mais importantes conquistas para este país em que mais da metade da população é menor de idade: aumentar o registo civil das crianças e criar assim as condições do exercício pleno da cidadania para todos.

É necessário consciencializar e mobilizar os pais angolanos para que façam o registo dos seus filhos. A fuga à paternidade é consequência de vários problemas económicos e sociais, e gera outros problemas graves que afectam o futuro das crianças. Logo ao nascer, cada criança precisa de um nome e uma filiação para, simplesmente, existir como pessoa e como cidadão. Os homens têm um papel crucial neste processo. Este papel começa por assumir a sua paternidade diante do Estado, começa por cumprir com o requisito administrativo do registo de nascimento, indispensável para criar uma



base estável.

Desejamos que esta campanha de sensibilização sobre a Paternidade Responsável tenha o maior impacto possível em Angola para que as crianças possam beneficiar das melhores condições de vida. Nós todos, como instituições públicas, actores sociais e indivíduos, devemos juntar os nossos esforços para acompanhar cada criança ao longo do seu crescimento e garantir que os seus direitos sejam respeitados. Por fim, só me resta desejar o maior presente para todas as crianças angolanas: a protecção, amor e carinho da sua família.

Muito obrigado.

## Paternidade Responsável Campanha envolvente



A campanha de registo de nascimento “Paternidade Responsável eu apoio” foi lançada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos no dia 12 de Dezembro, às 12 horas.

A cerimónia de lançamento contou com a presença do Ministro da Economia e Planeamento, dos Secretários de Estado da Justiça, dos Direitos Humanos, do asseguramento técnico do Ministério do Interior, do Embaixador da União Europeia, do Representante do UNICEF, do porta voz da Polícia, Mateus Rodrigues, e os Presidentes das Associações de Taxistas de Luanda, Geraldo Wanga e Manuel Faustino.

A campanha é desenvolvida com o financiamento da União Europeia e o apoio técnico do UNICEF, enquadra-se no Projecto Nascer com

o Registo e tem como objetivo aumentar a consciência sobre a importância da paternidade e contribuir para a redução de crianças sem registos, encorajar a paternidade responsável em Angola, e tem como foco homens entre 18 e 50 anos, especialmente aqueles com acesso aos meios de comunicação como a rádio, TV e/ou internet.

A fuga à paternidade tal como o abandono das crianças e a negligência familiar estão entre os factores que levam a baixa taxa de registo. Por esta razão, a campanha pretende criar um movimento a favor da paternidade responsável e terá como principais rostos o cantor Anselmo Ralph, o porta voz da Polícia Nacional e os presidentes da associação de taxistas.





## Estratégia e Prémio Nacional de Direitos Humanos reforçados com contribuições da sociedade civil

*A proposta de Estratégia do Estado de Direitos Humanos e os projectos do Prémio Nacional de Direitos Humanos e do respectivo regulamento, submetidos no dia 4 de Dezembro à consulta pública pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, receberam contribuições muito valiosas da sociedade civil para o enriquecimento dos seus conteúdos.*

O encontro teve lugar na sala de conferências do Palácio da Justiça, em Luanda, foi o primeiro do género e permitiu ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos auscultar as mais viadadas preocupações da sociedade em matérias relacionadas com os direitos humanos.

Entre os intervenientes no encontro, foi notória a satisfação pela sua realização ao permitir que as suas vozes fossem ouvidas num fórum apropriado.

Defenderam, inclusive, a necessidade de serem proporcionadas outras oportunidades, para as pessoas terem a oportunidade de exprimirem as suas opiniões para ajudar o Estado na soluções dos problemas que afligem a sociedade e evitarem fazer manifestações para reivindicar o direito de ser ouvido.

O Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, procedeu a abertura do encontro, a Secretária de Estado para os Direitos Humanos, Ana Januário, apresentou a proposta da estratégia, o Secretário de Estado para a Justiça apresentou o projecto do Prémio de Direitos humanos, enquanto que as conclusões e recomendações ficaram a cargo da sociedade civil.

Os documentos com as contribuições feitas durante a reunião foram publicados na edição do dia 12 de Dezembro do Jornal de Angola.





# Defendido aumento do valor do prémio de Direitos Humanos



Luena - Os participantes da consulta pública para recolha de subsídios para o documento orientador da estratégia do executivo para os direitos humanos sugeriram sexta-feira, no Luena, aumento do valor do prémio “4 de Abril DH” para cinco milhões de kwanzas.

De acordo com o relatório final do evento, os participantes disseram que ao invés de 300 mil ou um milhão de kwanzas, é necessário aumentar o valor devido a importância, esforço e os riscos que corre um defensor dos direitos humanos na sociedade.

Sugeriram aos órgãos formados no país que contribuíssem nos diplomas

para a promoção dos direitos humanos e a autonomia das instituições de Angola, para que estejam ligadas, realmente, a defesa e promoção dos direitos humanos.

Para os participantes, os moldes da aplicação das normas seria realizado a nível dos municípios, província e posteriormente a nível central.

Na sessão que durou quatro horas, foi sugerido igualmente a criação e operacionalização de comités municipais, regionais e comunitários de implementação da estratégia sobre direitos humanos, com a participação das autoridades

tradicionais e religiosas.

O prémio passará a ser atribuído pelo ministério da Justiça e dos Direitos Humanos no dia 04 de Abril, a partir de 2019, data das comemorações do Dia da Paz em Angola, e os contemplados serão as pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído com destaque para a protecção, promoção e aprofundamento dos direitos humanos e da cidadania em Angola.

O prémio prevê as categorias “Personalidade do Ano em Direitos Humanos”, “Pesquisa em Direitos Humanos”, “Acções comunitárias e Humanitárias” e



Cultura de Paz e Cidadania”, segundo a proposta do prémio, em discussão no Workshop sobre estratégia do Executivo dos direitos humanos à médio prazo.

Constam, igualmente, das recomendações a criação de uma rubrica financeira para apoiar as acções do comité dos direitos humanos e criação e capacitação de grupos de activistas para divulgação e interpretação das leis em matérias de direitos humanos.

A integração de outras entidades a constar no comité provincial dos direitos humanos como a organização Mãos Livres, Federação Lutherana, associações e também pessoas com deficiências e pessoas portadoras de VIH/Sida, constam das recomendações.

O encontro visou a recolha de subsídios para o documento orientador da estratégia do

executivo para os direitos humanos a médio prazo 2019/2022, reuniu representantes das instituições públicas, Organizações não-governamentais nacionais e internacionais, entidades eclesiais, autoridades tradicionais, membros da sociedade civil e foi orientado pelo delegado provincial da justiça Adalberto Cláudio Samba Donge.

**Fonte: Angop**



Frederico Cardoso

# Direitos humanos passam a assunto de Segurança Nacional

*O Executivo angolano considera que a observância dos direitos humanos constitui um aspecto importante da segurança nacional, declarou, em Luanda, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso.*

Frederico Cardoso discursava no workshop de apresentação pública da proposta da estratégia do Executivo de médio prazo para os direitos humanos.

Admitiu que o Executivo eleva a matéria dos direitos humanos ao nível da questão de segurança nacional, merecedora de uma avaliação periódica no Conselho de Segurança Nacional, tal como tem sido analisada a defesa, a segurança e a ordem interna do país.

Maiores serão as garantias de bem-estar e de felicidade para os cidadãos, quanto melhor estiverem asseguradas as garantias, liberdades individuais e colectivas, direitos políticos e civis, assim como o acesso a bens públicos - sublinhou o ministro de estado.

Advertiu que a própria segurança nacional estará então ameaçada se estes direitos não forem assegurados e a indiferença do cidadão comum e das autoridades, das famílias e dos empresários atingir níveis que ponham em



causa a esperança e a crença das pessoas numa sociedade mais justa, com igualdade de oportunidades e acesso à renda condigna e virtude do trabalho realizado.

Destacou o papel da sociedade civil na avaliação, denúncia, condenação e na identificação das falhas do Governo em matéria de

direitos humanos.

O workshop reuniu magistrados, membros do Executivo, diplomatas, académicos, ordens profissionais e religiosas, além de membros da sociedade civil e outras representatividades.

**Fonte: Angop**

**DIREITOS HUMANOS**

# Dia Internacional com celebração marcante



*O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no dia 10 de Dezembro, no Auditório da Provedoria de Justiça, em Luanda, um Seminário por ocasião das celebrações do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob o lema “Equidade, Justiça e dignidade humana”.*

A Sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência Dr. Francisco Queiroz, Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, que esteve ladeado pelo Representante das

Nações Unidas em Angola, o presidente da 10ª Comissão Parlamentar, Raúl Danda, e a Provedora de Justiça-Adjunta, Florbela Rocha Araújo.

O evento teve como objectivos reflectir sobre o papel do Estado na promoção e protecção dos Direitos Humanos no contexto mundial, regional e nacional, promover os Direitos Humanos no quadro das Autarquias Locais em Angola, comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, através de várias actividades de promoção e protecção dos Direitos Humanos em Angola, promover os Direitos Humanos e educar para

cidadania, através de acções que visam a divulgação e consciencialização de todos actores sociais na defesa dos Direitos Humanos.

Na ocasião, foram dissertados os temas sobre Implementação de medidas em prol da igualdade e a equidade, acesso à justiça, o conceito da dignidade humana, base fundamental para o respeito aos Direitos Humanos, poder local, espaço de afirmação de direitos e inclusão social. Estiveram, também, presentes a comissária da União Africana dos Direitos Humanos, representante do Unicef, membros do Executivo e deputados.

**Intervenção de Sua Excelência  
Ministro da Justiça e dos  
Direitos Humanos  
Dr. Francisco Queiroz  
POR OCASIÃO DA  
CELEBRAÇÃO DO DIA  
INTERNACIONAL DOS  
DIREITOS HUMANOS – 70<sup>a</sup>  
ANIVERSÁRIO DA  
DECLARAÇÃO UNIVERSAL  
DOS DIREITOS HUMANOS**

Gostaria de começar por saudar a presença de todos neste encontro que marca a celebração dos 70 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se de um momento de reflexão e uma oportunidade para enfatizar os compromissos de Angola quanto à valorização da dignidade pessoal e colectiva dos Angolanos e da Humanidade.

Recordamos nesta data a evolução dos Direitos Humanos, cujo percurso teve início com a Revolução Francesa de 1789, tendo conhecido um novo impulso com a Revolução industrial do Sec.XIX.

O conteúdo e alcance dos Direitos Humanos conheceram uma evolução que passou de direitos individuais para direitos colectivos, em que as preocupações de protecção passaram a abranger também os Direitos políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais. A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos deu uma expressão mais alargada aos princípios da Declaração Universal, ao consagrar o Direito das Nações à independência e autodeterminação, numa alusão ao processo de independência nacional e à luta contra todas as

formas de colonização ou neocolonização.

Nesta data em que comemoramos 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos não podemos deixar de alertar para os perigos da politização dos Direitos Humanos e do seu uso para fins de dominação de países com instituições mais frágeis, subvertendo assim o carácter nobre e humanista, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste sentido, parece-nos apropriado enfatizar, nesta data, o esforço do Executivo para se alinhar cada vez mais com os propósitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e com todo o conjunto de instrumentos jurídicos internacionais sobre Direitos Humanos, tendo sempre como pano de fundo a necessidade de ter voz nacional própria para a autoavaliação, autodenúncia e autocorreção dos nossos erros, diminuindo assim o espaço para leituras e juízos de entidades consideradas independentes, mas que nem sempre conhecem a nossa realidade política, económica, social, cultural e ambiental. A Estratégia Nacional de Direitos Humanos que está neste momento em consulta pública, constitui um compromisso para com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e um instrumento eficaz para a promoção e defesa dos Direitos Humanos em Angola, contando sempre com a participação fundamental e indispensável da sociedade civil. Esta estratégia avalia a evolução dos Direitos Humanos em Angola desde o período anterior à

independência até à época actual, passando pelo período marcado pela guerra, que vai de 1975 a 2002.

São grandes os desafios que temos pela frente, sobretudo quanto ao conhecimento e formação da sociedade em matéria de direitos humanos; à melhoria dos direitos políticos e civis; aos direitos sociais de acesso à saúde, à educação, o acesso à justiça, o acesso à terra, especialmente nas zonas rurais, entre outros direitos que fazem parte de cocktail de direitos humanos da nossa civilização, consagradas na constituição da República de Angola.

O recente encontro entre S. Exa. o Presidente da República e alguns dos mais representativos membros da nossa sociedade civil, foi um momento de grande significado político quanto ao compromisso do Executivo com os Direitos Humanos, pois serviu para abordar estes desafios e o papel da sociedade civil no seu equacionamento e solução. Neste sentido, estão em desenvolvimento programas de educação e sensibilização para o respeito dos direitos humanos e observância dos deveres de cidadania, dirigidos às organizações públicas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino; com regularidade têm sido elaborados, apresentados e defendidos relatórios sobre Direitos Humanos, os quais têm sido remetidos aos organismos regionais e internacionais, com destaque para o Processo de Avaliação Periódica Universal; os relatórios sobre os Direitos Civis e Políticos, Direitos Económicos,

Sociais e Culturais, sobre a Convenção contra todas as Formas de Discriminação da Mulher, Convenção sobre os Direitos da Criança e sobre a implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. Junta-se a isso tudo, o Reforço do Sistema dos Direitos Humanos ao nível Provincial, através da reestruturação dos Comitês Provinciais dos Direitos Humanos e o Reforço das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, através do Grupo de Consulta. Minhas Senhoras e meus Senhores.

Durante as jornadas comemorativas dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo lema é “Equidade, Justiça e Dignidade Humana”, vamos essencialmente refletir sobre o papel do Estado na promoção e protecção dos Direitos Humanos no contexto mundial, regional e nacional; Promover os Direitos Humanos no quadro das Autarquias Locais em Angola; Comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, através de várias actividades de promoção e protecção dos Direitos Humanos em Angola. Pretendemos assim, promover os

Direitos Humanos e educar para cidadania, através de acções que visam a divulgação e consciencialização de todos actores sociais na defesa dos Direitos Humanos. Estarão em debate vários temas relacionados com os direitos humanos, os quais esperamos venham a alcançar os objectivos que estiveram na origem da sua criação. Declaro, deste modo, aberta as jornadas de celebração do dia internacional dos Direitos Humanos e do 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muito Obrigado!



## MINJUSDH refresca técnicos para elaboração de relatórios de Direitos Humanos



O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, no dia 14 de Dezembro, pelas 8h30m, no Hotel Trópico em Luanda, um Seminário de Capacitação e Refrescamento dos Membros do Grupo Técnico de Comissão Intersectorial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais de Direitos Humanos (CIERNNDH). A Sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário.

O seminário teve como objectivos reforçar a capacitação técnica do

grupo (CIERNNDH); refrescar conhecimentos em matérias de Direitos Humanos e partilhar com os novos membros; informar e formar sobre tratados de Direitos Humanos de que Angola é Estado parte, dos Relatórios Nacionais e sua aplicação prática, das Recomendações, dos órgãos, dos Tratados; e Promover uma cultura dos Direitos Humanos. Participarão da Formação os membros da CIERNNDH, concretamente representantes do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério das Relações Exteriores,

Provedoria de Justiça, Ministério do Interior, Ministério das Pescas e do Mar, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura e Floresta, Ministério do Urbanismo e Habitação, Ministério da Construção, Ministério da Comunicação Social, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos é o coordenador da Comissão Intersectorial para Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos em Angola.

## Empossado novo Delegado da Justiça



O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos conferiu posse no dia 21 de Dezembro ao Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos de Cabinda, Dr. Maximiliano Baptista da Cruz, que jurou ser fiel a pátria angolana, cooperar na realização dos fins superiores do Estado, defendendo os princípios fundamentais da ordem estabelecidos na Constituição, respeitar as leis e dedicar ao serviço público todo o seu zelo inteligência e aptidão.

O compromete-se em ajudar a combater a corrupção e o nepotismo, abstendo-se de práticas que lesem o interesse público, sob pena de ser responsabilizado civil e

criminalmente.

A cerimónia de posse aconteceu à margem da 3ª e última sessão do ano do Conselho de Direcção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A reunião do Conselho de Direcção dissertou sobre o ponto de situação da preparação do programa de gestão documental e partilha compartimentada de informação a nível das áreas do órgão central, o estado do programa de moralização, implementação do contrato com a MERAP e com a MITRELLI, balanço do projecto integrado de gestão do Bilhete de Identidade e o relatório anual de 2018 e o plano de 2019.

## Novembro Azul da Próstata

Outubro Rosa passou  
Novembro azul chegou  
Neste mês azul da próstata  
Não deu para fazer batota  
Caí nas mãos duma doutora  
Que tem dedos de lutadora

Minhas cuecas a médica baixou  
Seu indicador meu recto penetrou

Fiquei assustado e quis fugir  
Aaaiiii... doutora me deixa ir  
Por aí nunca ninguém entrou

“Abra as pernas que eu aí vou  
O meu indicador conhece o troço  
Fez muitas vezes o percurso  
E nunca ninguém se queixou”  
Disse a médica do dedo grosso

Doutora, põe então devagar,  
Para não me magoar...  
Disse eu quase a chorar.  
E não diga nada a ninguém  
Pra não me olharem com desdém.

Sou muito macho, tenho valor  
E as mulheres me apreciam bem

“Se quer ter sua amada contente  
Então faça logo esse teste  
E evite ficar impotente.  
Vire para cá esse traseiro  
Que o dedo entra e sai ligeiro.

Se tiver dor o assunto é sério.  
Se meu dedo sair sem sentir  
Então, amigo, você pode ir  
Pode continuar a curtir,  
Seu problema não é prostatite  
É preconceito de masculinidade”

3/11/18

*F. Tchikondo*

## NOSSOS VALORES

**TRANSPARÊNCIA** - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

**LEALDADE** - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de

orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

**RIGOR** - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao espontaneísmo, ao empirismo e à falta de brio profissional.